A DEDUÇÃO DOS JUÍZOS DE GOSTO DA CRÍTICA DA FACULDADE DE JULGAR*

THE DEDUCTION OF PURE AESTHETIC FROM THE *CRITIQUE OF THE POWER OF JUDGMENT*

Carolina Miranda Sena**

RESUMO

Este artigo objetiva realizar uma análise crítica da “Dedução dos juízos de gosto” que Kant desenvolve na *Crítica da faculdade de julgar*. A “Dedução” da terceira *Crítica* tem como problema principal a legitimidade de um princípio *a priori* para o gosto. A faculdade de julgar precisa de um princípio *a priori* para uma conseqüente universalidade e validade necessária do juízo de gosto. Da obrigatoriedade de uma dedução, Kant chega, então, à realização da “Dedução” do princípio *a priori* da faculdade de julgar. A dedução, por sua vez, afirma que a faculdade de julgar em geral tem uma condição formal válida *a priori* que é a mesma condição subjetiva do conhecimento objetivo universalmente comunicável. Portanto, a faculdade de julgar tem um elemento subjetivo *a priori*, por essa razão, o juízo de gosto pode ser esperado de todos. Faremos uma análise do argumento kantiano para compreender se a “Dedução dos juízos de gosto” legitima o princípio *a priori* da faculdade de julgar.

PALAVRAS-CHAVE: Kant; juízo de gosto; dedução do gosto; faculdade de julgar; estética.

ABSTRACT

This article aims to carry out a critical analysis of the “Deduction of pure aesthetic judgments” that Kant develops in the *Critique of the power of judgment*. The “Deduction” of the third *Critique* has as its main problem the legitimacy of an *a priori* principle for taste. The faculty of judgment needs an *a priori* principle for a consequent universality and necessary validity of the judgment of taste. From the obligation of a deduction, Kant then arrives at the realization of “Deduction” of the *a priori* principle of the faculty of judgment. Deduction, in turn, states that the faculty of judgment in general has an *a priori* valid formal condition that is the same subjective condition as universally communicable objective knowledge. Therefore, the faculty of judgment has an *a priori* subjective element and, for this reason, the judgment of taste can be expected from everyone. We will analyze the Kantian argument to understand whether the “Deduction of pure aesthetic judgments” legitimizes the *a priori* principle of the faculty of judgment.

KEYWORDS: Kant; judgment of taste; deduction of taste; faculty of judgment; aesthetic.

* Artigo recebido em 03/04/2024 e aprovado para publicação em 14/06/2024.

** Doutora em Filosofia pela UFMG. Mestra em Filosofia pela UFOP. Professora universitária do ensino privado, na Rede Doctum e no Centro Universitário de Caratinga. E-mail: prof.carolina.sena@doctum.edu.br.

INTRODUÇÃO

A “Dedução dos juízos estéticos puros” da *Crítica da faculdade de julgar* tem como problema central a legitimidade de um princípio *a priori* para o gosto. Trata-se, mais uma vez na obra, do problema do princípio *a priori* do juízo de gosto e sua consequente universalidade e validade necessária, indicando ainda uma investigação em aberto. No §30 da *Crítica da faculdade de julgar*, Kant (2016, p. 178)¹ fala sobre a “obrigatoriedade de uma dedução” que garanta a legitimidade do juízo de gosto e sua universalidade subjetiva. No §36, Kant sintetiza o problema central de toda a *Crítica da faculdade de julgar*, qual seja, a busca de um princípio *a priori* para a faculdade de julgar. Kant, então, inicia a dedução com uma condicional. O argumento afirma que, se é admitido que a satisfação é ligada ao julgamento de sua forma, então, o que sentimos é a finalidade subjetiva da faculdade de julgar. A faculdade de julgar em geral tem uma condição formal subjetiva válida *a priori* que é a mesma do conhecimento objetivo universalmente comunicável. Portanto, a faculdade de julgar tem um elemento subjetivo e, por isso, o juízo de gosto pode ser esperado de todos. Faremos uma análise crítica da dedução a fim de compreender se, finalmente, a “Dedução dos juízos estéticos puros” legitima um princípio *a priori* para a faculdade de julgar.

1 A OBRIGATORIEDADE DE UMA DEDUÇÃO

Depois dos quatro momentos da análise dos juízos de gosto, Kant (2016, p. 176) afirma que se o juízo de gosto não é egoísta, mas necessariamente pluralista, que exige de todos concordância, então, “ele tem de possuir por fundamento um princípio *a priori*”. O princípio *a priori* dos juízos de gosto e da faculdade de julgar prometido desde as Introduções² à *Crítica da faculdade de julgar*, buscado por Kant antes de uma *Crítica do*

¹ Optamos por utilizar a tradução da *Crítica da faculdade de julgar* para a língua portuguesa de Fernando Costa Mattos, publicada pela Editora Vozes, em 2016.

² Kant escreveu duas Introduções para a *Crítica da faculdade de julgar*. Uma delas, a “Segunda introdução”, foi publicada com o livro em 1790. Outra, a *Primeira introdução à Crítica do juízo* [*Erste Einleitung in die Kritik der Urteilskraft*], embora escrita antes, aparece publicada somente em 1794, no livro *Erläutern der Auszug aus den kritischen Schriften des Herrn Prof. Kant*, sob o título de “Notas para a introdução à Crítica do juízo”, dado pelo organizador do livro Jacob Sigismund Beck, que recebeu o texto de Kant um ano antes da publicação com a finalidade de inseri-lo nessa obra sobre a filosofia kantiana. A edição em língua portuguesa da Editora Vozes, publicada em 2016, que estamos usando neste artigo, contém as duas Introduções.

gosto, anunciado em sua carta a Reinhold de dezembro de 1787³, e perseguido durante toda a “Analítica do belo”, ainda precisa, no §30 da *Crítica da faculdade de julgar*, de uma dedução do princípio *a priori* da faculdade de julgar.

Como Kant afirmara mais de uma vez na “Analítica do belo”, não é possível chegar ao princípio *a priori* do juízo de gosto por meio de observações de leis empíricas, pois, a partir de leis empíricas, só é possível “conhecer como se julga”, e julgamentos *a priori* “comandam como se deve julgar” (Kant, 2016, p. 176). Esse é o desafio de um problema do gosto. Trata-se de um sentimento subjetivo que todo sujeito sente, mas que a sua universalidade não pode ser derivada por meios empíricos. Também é vedado ao projeto crítico transcendental afirmar a universalidade do gosto a partir de um ponto de referência transcendente, de caráter metafísico dogmático. O que resta para a prova da hipótese de que a beleza reivindica validade universal e necessária ao mesmo tempo que se trata de um sentimento subjetivo é uma dedução da aprioridade desse tipo específico de juízo.

A pretensão à universalidade e à necessidade do juízo de gosto exige como fundamento transcendental um princípio *a priori*. O método de investigação crítico-transcendental exige, portanto, uma dedução dos juízos estéticos puros. A dedução, então, tem por tarefa legitimar a pretensão à universalidade do juízo de gosto, uma vez que universalidade e necessidade têm que estar sempre baseadas em fundamentos *a priori*. Ora, no §30 da “Crítica da faculdade de julgar estética”, depois das duas Introduções à *Crítica da faculdade de julgar*, depois dos quatro momentos da análise dos juízos de gosto, sendo o segundo e o quarto momentos dedicados, respectivamente, à universalidade e à necessidade, e depois da “Analítica do sublime”, Kant ainda está à procura de um princípio *a priori* para os juízos de gosto⁴. O problema de uma crítica do gosto colocado para a faculdade de julgar, então, é encontrar seu princípio *a priori* que, por sua vez, garanta a sua pretensão à universalidade e conseqüente necessidade.

A obrigatoriedade de uma dedução, isto é, da garantia de legitimidade de um tipo de juízo, só se apresenta quando o juízo levanta uma pretensão à necessidade; que é também o caso, portanto, quando ele exige universalidade subjetiva, isto é, o assentimento de todos: ainda que não seja um juízo de conhecimento (Kant, 2016, p. 178).

³Na carta de Kant a Reinhold enviada no último mês do ano de 1787, Kant (1922, p. 514) conta que trabalha atualmente em uma *Crítica do gosto* e que, por ocasião dessa investigação, descobriu uma nova espécie de princípio *a priori*.

⁴No início do tratamento da dedução dos juízos estéticos puros, Kant (2016, p. 177) descarta a necessidade de uma dedução do sublime e afirma que a sua dedução dos juízos estéticos puros será dedicada apenas ao belo. Para uma crítica à exclusão do sublime da dedução, Allison (2001) e Guyer (1997).

A “Analítica do belo”, momento anterior da obra, encarregou-se de expor, em quatro momentos, o conjunto das pretensões dos juízos de gosto, para, em seguida, identificar as vias argumentativas pelas quais seria possível um fundamento de determinação para esse tipo específico de juízo. Falta à investigação crítica sobre o gosto “a *obligatoriedade* de uma dedução” (Kant, 2016, p. 178), para fornecer uma prova para o fundamento de determinação do juízo de gosto, precisamente porque o juízo de gosto levanta pretensão de universalidade e necessidade, mesmo que de tipo subjetiva⁵.

Quando Kant (2016, p. 178) diz que o prazer do juízo de gosto se trata de uma “adequação de uma finalidade subjetiva completamente válida para todos”, trata-se da busca por uma legitimação transcendental do princípio de conformidade a fins. Tal princípio é a possibilidade de passagens de fios soltos do projeto crítico. Podemos questionar por quais razões a finalidade é associada à forma do juízo de gosto, uma vez que na investigação da *Crítica da faculdade de julgar* Kant tem tanta dificuldade para legitimar tal relação, e nos parece um tanto arbitrário determinar que a forma que provoca a reflexão é a finalidade da natureza, “na medida em que é percebida nele sem a representação de um fim” (Kant, 2016, p. 132). O terceiro momento da análise dos juízos de gosto ensaiou a ideia de que a forma de finalidade é o que ocasiona e conserva o estado de prazer. No entanto, a forma de finalidade, que não é percebida na representação, mas atestada apenas pela ocasião e conservação do sentimento de prazer, ainda não é suficiente para resolver todos os problemas do projeto crítico transcendental. Kant precisa de uma legitimação transcendental do tipo que tem a sua aprioridade relacionada à natureza, afinal o projeto crítico precisa de ao menos um testemunho da liberdade no mundo dos sentidos⁶. São por essas razões que Kant tem tanta dificuldade de legitimar o princípio *a priori* da conformidade a fins, que teve seu acesso via fenômenos empíricos banido pela epistemologia transcendental e, por essa razão, somente afirmado, até então, como um princípio regulativo. A finalidade tem importância sistemática e

⁵ Kant (2016, p. 177) afirma que a “Dedução dos juízos estéticos puros” é somente sobre os juízos de gosto puros, e que a dedução será somente dos juízos de beleza das coisas naturais. Isso é problemático, pois, mesmo que algumas passagens possam indicar que Kant não considera a beleza artística um juízo de gosto tão puro quanto a beleza natural, uma vez feita a analogia entre natureza e arte, juízos de beleza natural são como se fossem juízos de beleza artística, e vice-versa. Outra consequência problemática da exclusão da beleza artística da “Dedução” é que, uma vez legitimado um princípio *a priori* para faculdade de julgar reflexionante e sua consequente validade universal e necessária, o princípio valeria para os juízos de gosto naturais ou artísticos, pois a condição subjetiva do julgamento é a mesma nos dois casos. Na *Primeira introdução à Crítica do juízo*, Kant (2016, p. 65-66) afirma que “o julgamento da beleza artística terá de ser considerado, posteriormente, como mera consequência dos mesmos princípios que estão no fundamento do juízo sobre a beleza natural”.

⁶ Nas Introduções à *Crítica da faculdade de julgar*, Kant afirma que o projeto transcendental sofre de dualidade, entre natureza e liberdade não há passagem possível (Kant, 2016, p. 76).

epistemológica, porque confere regularidade à natureza e, porque confere regularidade à natureza, legitima a ideia de que há um catálogo das faculdades humanas que se organiza em um sistema. É porque o catálogo das faculdades humanas pode ser pensado como um sistema que ele possibilita relações entre si, legitimando, por conseguinte, uma passagem da natureza à liberdade, através da faculdade de julgar fazendo função de ponte. Portanto, a própria ideia de sistema, que Kant descreve que reporta a ela em sua famosa carta a Reinhold, é colocada à prova com a investigação da *Crítica da faculdade de julgar*. Sem a legitimação da ideia de que a natureza e a liberdade são organizadas e se cruzam segundo um sistema, o projeto crítico transcendental não se mantém de pé. Sem a ideia de sistema legitimada, a relação entre as faculdades tem estatuto analógico ou metafórico⁷. Com a investigação sobre o gosto, que inicialmente seria uma saída para seus problemas sistemáticos, Kant encontra grande dificuldade de realização de seu projeto que ainda precisa, depois de várias apostas argumentativas que não tiveram sucesso, de uma dedução transcendental dos juízos de gosto que legitime o uso de um princípio *a priori* de finalidade para a faculdade de julgar.

2 PECULIARIDADES DO JUÍZO DE GOSTO

O juízo de gosto tem duas propriedades ou peculiaridades lógicas: validade universal *a priori* de um juízo singular; e necessidade que, por definição, deve estar baseada em fundamentos *a priori*. O que a “dedução dessa curiosa faculdade” busca agora, então, é a “solução dessas peculiaridades lógicas” (Kant, 2016, p. 179). Para a solução das peculiaridades lógicas dos juízos de gosto, é preciso, diz Kant (2016, p. 179), “abstrairmos aqui inicialmente todo o seu conteúdo, qual seja, o sentimento de prazer, e nos limitarmos a comparar a forma estética com a forma dos juízos objetivos, tal como prescrita pela lógica”. Kant passa, então, a analisar as duas peculiaridades dos juízos de gosto.

O §32 é dedicado à “primeira peculiaridade do juízo de gosto” e afirma que o juízo de gosto determina o seu objeto “com uma pretensão ao assentimento de *todos*, como se fosse objetivo” (Kant, 2016, p. 179). A primeira peculiaridade, então, do juízo de gosto é uma

⁷ Nas Introduções à *Crítica da faculdade de julgar*, Kant chega à conclusão de que a faculdade de julgar tem um próprio princípio *a priori* por analogia com as outras faculdades, por meio de uma suposição provisória. Isto é, nas Introduções à *Crítica da faculdade de julgar*, é pressuposto que a faculdade de julgar reflexionante tem um princípio *a priori*. Na “Segunda introdução”, Kant (2016, p. 77) afirma: “Na família das faculdades de conhecimento superiores existe ainda um termo médio entre o entendimento e a razão. Este é a faculdade do juízo, da qual se tem razões para *supor, segundo a analogia*, que também poderia precisamente conter em si *a priori*, se bem que não uma legislação própria, todavia um princípio próprio para buscar leis”.

objetividade do tipo “como se”. Aqui Kant volta a relacionar o modo como nos expressamos sobre a beleza e a pretensão à satisfação de todos quando afirma que “dizer ‘esta flor é bela’ significa tão somente exprimir a própria pretensão à satisfação de qualquer um” (Kant, 2016, p. 179). Além de nos expressarmos como se a beleza fosse objetiva, ao dizer “esta flor é bela”, o juízo de gosto exige “de cada juízo, para provar o gosto do sujeito, que este julgue por si mesmo” (Kant, 2016, p. 179). Isso significa que é preciso que cada um esteja diante da representação que chamamos de bela para que possamos exprimir um juízo de gosto. Não é possível apreender um juízo de gosto de outro, conhecer um juízo de gosto ou aprender sobre como devo produzir juízos de gosto. O juízo de gosto é provocado a cada vez que o sujeito está diante da representação da forma bela. Por isso, o juízo de gosto não é proferido “como uma imitação [...], mas sim de modo *a priori*” (Kant, 2016, p. 179). E, precisamente porque o juízo de gosto exige que cada um pronuncie seu julgamento baseado na própria experiência, ao mesmo tempo, de forma *a priori*, o juízo de gosto é autônomo. Por isso, a primeira peculiaridade lógica do juízo de gosto aponta para a necessidade de uma dedução desse tipo de juízo quase objetivo.

O §33 é dedicado à “segunda peculiaridade do juízo de gosto” e afirma que “o juízo de gosto não pode ser determinado por argumentos, exatamente como se fosse meramente subjetivo” (Kant, 2016, p. 181). A segunda peculiaridade lógica do juízo de gosto chama a atenção pela confusa afirmação de que o juízo de gosto é “como se fosse meramente subjetivo”, ora, a “Analítica” determina que o juízo de gosto é subjetivo. Agora, Kant afirma que não é possível um princípio objetivo do gosto e afirma que o juízo é como se fosse subjetivo. Kant continua dizendo que não é possível persuadir alguém de que o seu juízo de gosto está incorreto e convencê-lo a adotar o julgamento de outro. O julgamento só tem como fundamento o sentimento do próprio sujeito que julga.

Em segundo lugar, continua Kant, não é possível determinar o juízo sobre a beleza com uma prova *a priori* segundo regras. Não há qualquer tipo de prova argumentativa ou raciocínios capazes de demonstrar o que deve ser um juízo de gosto e, por conseguinte, chegar a qualquer tipo de correção de juízos de gosto. O juízo de gosto é produzido com base na experiência subjetiva de cada um. Portanto, conclui Kant (2016, p. 182), o que chamamos de “gosto” é um juízo “sempre emitido como um juízo singular sobre o objeto”. A singularidade de um juízo de gosto significa que, mesmo tendo uma “validade meramente subjetiva, ele ainda assim tem a pretensão de referir-se a todos os sujeitos, tal como só poderia acontecer se fosse um juízo objetivo baseado em fundamentos do conhecimento e pudesse ser imposto

através de uma prova” (Kant, 2016, p. 183). Nesse trecho, ao final do parágrafo §33, Kant (2016, p. 183) afirma que o juízo de gosto tem “validade meramente subjetiva”. Ao contrário do início do mesmo §33, em que Kant (2016, p. 181) afirmou que o juízo de gosto é “como se fosse meramente subjetivo”. A diferença é sutil, mas há distinção. Em toda a “Analítica”, o juízo de gosto é afirmado como subjetivo. No início da análise da segunda peculiaridade lógica, ele aparece como se fosse subjetivo, depois, na mesma análise, volta a ser subjetivo. E, ainda, no “Prefácio à primeira edição”, escrito já com a redação da obra avançada, Kant diz que “esse embaraço devido a um princípio (seja este subjetivo ou objetivo) encontra-se sobretudo naqueles julgamentos que são denominados estéticos” (Kant, 2016, p. 68). Tais hesitações indicam que as investigações sobre os juízos de gosto borram as definições lógicas de subjetivo e objetivo e, por conseguinte, deixa nítida a inadequação da lógica para o tratamento de questões de gosto, justamente quando Kant (2016, p. 179) afirma que o método da dedução do gosto é a “simples solução dessas peculiaridades lógicas”.

Porque o juízo de gosto não é um juízo de conhecimento, “um princípio objetivo do gosto não é possível”, é “absolutamente impossível” (Kant, 2016, p. 183) subsumir o conceito de um objeto sob um princípio, e deduzir, então, que algo é belo. É preciso, portanto, que cada sujeito esteja diante de uma representação bela que provoque o prazer estético. Não é possível sentir a experiência de prazer estético por meio de demonstrações, raciocínios ou até mesmo de descrições sobre o juízo de gosto de outra pessoa. Portanto, conclui Kant (2016, p. 183), é impossível “estabelecer o fundamento de determinação desse tipo de juízo estético em uma fórmula universal utilizável”.

O que é possível, então, para elucidar algo sobre o belo é investigar sobre as atividades das faculdades nos juízos de gosto. A crítica do gosto é a “arte ou ciência de colocar sob regras a relação recíproca de entendimento e imaginação na representação dada” (Kant, 2016, p. 183), e determinar as condições das relações entre as faculdades cognitivas. Expor e justificar o princípio subjetivo do juízo de gosto como um princípio *a priori* da faculdade de julgar é a tarefa transcendental da “Dedução dos juízos estéticos puros”.

No §34 da *Crítica da faculdade de julgar*, Kant ainda está em busca do princípio *a priori* da faculdade de julgar, tarefa a ser realizada pela “Dedução”, e afirma que um princípio *a priori* da faculdade de julgar é interessante para a crítica transcendental. Como já dissemos, o projeto transcendental tem interesse em um princípio *a priori* da faculdade de julgar, pois, uma vez legitimada a faculdade de julgar e seu princípio *a priori*, seria uma possibilidade de passagem para alguns fios soltos de um sistema filosófico em construção que beira o colapso.

No entanto, como esse princípio *a priori* é algo que a natureza tanto escondeu, a probidade filosófica de quem recebeu a tarefa histórica de crítico da razão impede que se afirme tal princípio quando não há vestígios de sua legitimação, mesmo que a consequência da falta desse princípio seja um abismo intransponível entre natureza e liberdade, e o abismo, por conseguinte, seja a falta de um princípio teleológico para o conhecimento e a não realização da moralidade no mundo sensível.

O §35 afirma, em seu título, que “o princípio do gosto é o princípio subjetivo da faculdade de julgar em geral” (Kant, 2016, p. 184). Como o juízo de gosto não é lógico e nem conceitual, “pois, do contrário, o assentimento universal poderia ser imposto por meio de provas”, ele “se funda somente na condição formal subjetiva de um juízo”. Portanto, “a condição subjetiva de todos os juízos é a própria capacidade ou faculdade de julgar” (Kant, 2016, p. 184).

Em um juízo lógico de conhecimento, a representação é subsumida sob o conceito do objeto. Na *Crítica da razão pura*, Kant (2010, p. 177)⁸ afirma que “se é definido o entendimento em geral como a faculdade de regras, a faculdade de julgar será a capacidade de subsumir a regras, isto é, de decidir se algo se encontra subordinado a dada regra ou não”. No caso do juízo de gosto, uma vez que não há conceito de objetos, a subsunção é da própria imaginação, sob a condição de que o entendimento avance da intuição da forma da representação como se fosse chegar aos conceitos; no entanto, chega-se ao jogo livre e vivificante entre imaginação e entendimento. O gosto, como faculdade de julgar subjetiva, contém, portanto, um princípio de subsunção da faculdade da imaginação em sua liberdade com a faculdade do entendimento em sua legalidade.

Mesmo que Kant (2016, p. 184) agora diga que o julgamento de gosto “se funda *somente* na condição formal subjetiva de um juízo”, e explique que a harmonia entre as faculdades é essa condição formal ao esquematizar sem conceitos, ele também diz que o livre jogo “contém um princípio de subsunção” (Kant, 2016, p. 185), pois a imaginação em sua liberdade concorda com a legalidade do entendimento. Como observa Guyer (1997, p. 276), Kant está dizendo que o gosto requer um princípio por meio do qual o acordo entre a imaginação e o entendimento possa ser alcançado. E, adiante, Kant diz que a dedução do juízo de gosto descobrirá esse fundamento de legitimidade. O jogo livre entre a imaginação e o entendimento como atividade da faculdade de julgar e, por isso, como condição formal subjetiva de um juízo, retorna à argumentação e se trata do mesmo jogo que aparece em

⁸ A tradução da *Crítica da razão pura* que utilizamos é a publicada pela Editora Calouste Gulbenkian, traduzida para a língua portuguesa por Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão.

vários outros momentos da investigação – nas Introduções e em diversos momentos da “Analítica”, como nos §§9 e 21. E, da mesma forma como anteriormente, ainda com a necessidade de determinar seu fundamento de legitimidade. Isto é, mesmo que seja concedido que a condição formal da faculdade de julgar seja algo universalmente compartilhado ou uma condição intersubjetiva, falta ainda à argumentação fundamentar o próprio princípio. “Para que possamos então descobrir esse fundamento de legitimidade, através de uma dedução do juízo de gosto, só podem servir como fio condutor as propriedades formais desse tipo de juízo” (Kant, 2016, p. 185).

Vincular a reflexão estética às condições subjetivas do conhecimento, procurar a solução por meio da forma lógica do juízo e afirmar que o problema da estética é análogo ao problema essencialmente transcendental da possibilidade do sintético *a priori* é identificar o problema da “Dedução” da *Crítica da faculdade de julgar* com um problema geral do projeto crítico, qual seja, o da fundamentação de julgamentos sintéticos *a priori*. “E, assim, esse problema da crítica da faculdade de julgar pertence ao problema geral da filosofia transcendental: Como são possíveis juízos sintéticos *a priori*?” (Kant, 2016, p. 186).

Ao afirmar que a imaginação esquematiza sem conceitos e, ao relacionar a liberdade da imaginação com a legalidade do entendimento, a intenção de Kant é vincular a reflexão estética às condições do conhecimento, pois, dessa forma, a argumentação cai em um ponto considerado seguro da filosofia transcendental. A reflexão estética provocada pelo jogo livre das faculdades da imaginação e do entendimento é também uma espécie de síntese, argumenta Kant. A ideia de síntese, na *Crítica da razão pura*, é vinculada ao esquematismo no processo do conhecimento. Na reflexão estética, diferente do conhecimento, não há qualquer conceito ou regra fornecida pelo entendimento. “Se ‘esquematizar’ significa ‘produzir um esquema’, a fórmula de Kant torna-se compreensível” (Fricke, 2001, p. 9), pois a esquematização de um conceito empírico procede sem a regra de um conceito dado. No entanto, como seria uma esquematização estética sem conceitos é algo que Kant não desenvolve na *Crítica da faculdade de julgar*; ao contrário, adiante, Kant menciona que a faculdade de julgar procede como o esquematismo, apenas por analogia. No §59, sobre a beleza como símbolo da moralidade, Kant separa as hipotiposes em esquemáticas, quando a um conceito é dada a intuição correspondente, e simbólicas, quando a razão pode somente pensar um conceito que não tem intuição sensível. E, dada a distinção, Kant (2016, p. 249) afirma que “a faculdade de julgar procede apenas analogicamente ao que ela faz no esquematismo, isto é, ela só concorda

com tal conceito segundo a regra desse procedimento, não da própria intuição, e, portanto, segundo a forma da reflexão, não segundo o conteúdo”.

A tarefa crítica do gosto, então, é a mesma do início da obra, a de descobrir o fundamento de legitimidade do juízo de gosto a fim de elucidar sua condição subjetiva, para legitimar sua pretensão à universalidade e necessidade. Isto é, a tarefa do gosto sempre volta para o mesmo problema de fundamentação da validade universal e necessária, mesmo partindo de pontos argumentativos diferentes.

Esse problema pode, portanto, ser assim representado: Como é possível um juízo que, partindo apenas do *próprio* sentimento de prazer com um objeto, independentemente do seu conceito, julga esse prazer, enquanto dependente da representação do mesmo objeto *em todos os outros sujeitos, a priori*, isto é, sem precisar esperar por uma determinação alheia? (Kant, 2016, p. 186).

3 A DEDUÇÃO DO GOSTO

Kant passa, então, finalmente, no §38, à tão anunciada “Dedução dos juízos de gosto”. Surpreendentemente, a dedução que resolveria o inteiro problema do gosto e os fios soltos que ameaçam o sistema transcendental é feita em um parágrafo curto e rápido. A preparação para a dedução e a elucidação do problema que a dedução precisa resolver são mais longas do que a suposta solução. O argumento da “Dedução dos juízos de gosto” do §38 é, na íntegra, o que se segue.

Se é admitido que em um juízo de gosto puro a satisfação com o objeto é ligada ao mero julgamento de sua forma, então o que sentimos como ligado à representação do objeto na mente não é outra coisa senão a finalidade subjetiva dessa forma para a faculdade de julgar. Agora, como a faculdade de julgar, no que diz respeito às regras formais do julgamento, sem qualquer matéria (nem sensação sensível nem conceito), só pode estar voltada às condições subjetivas do uso da faculdade de julgar em geral (que não é limitada nem pelo modo particular dos sentidos, nem por um conceito particular do entendimento) – por conseguinte àquele elemento subjetivo que se pode pressupor em todo ser humano (enquanto algo requerido para o conhecimento possível em geral) –, então a concordância de uma representação com essas condições da faculdade de julgar podem ser assumidas como válidas *a priori* para todos. Ou seja, o prazer, ou a finalidade subjetiva da representação para a relação das faculdades de conhecimento no julgamento de um objeto sensível em geral, pode, com razão, ser esperado de todos (Kant, 2016, p. 187-188).

Ao desfecho do §38, Kant (2016, p. 188) acrescenta uma nota.

Para que seja legítimo levantar a pretensão ao assentimento universal para um juízo da faculdade de julgar estética baseado exclusivamente em fundamentos subjetivos, basta que se admita: 1) que as condições subjetivas dessa faculdade, no que diz respeito à relação das faculdades cognitivas postas aí em atividade para um

conhecimento em geral, sejam as mesmas em todos os seres humanos – o que tem de ser verdadeiro, já que, do contrário, os seres humanos não poderiam comunicar suas representações e nem mesmo o conhecimento; 2) que o juízo somente tenha levado em consideração essa relação (portanto, a condição formal da faculdade de julgar) e seja puro, isto é, não se misture nem a conceitos de objetos nem a sensações que fossem fundamentos de determinação. Se esta última condição não é cumprida, isto se deve tão somente à aplicação incorreta, a um caso particular, da autoridade que uma lei nos dá; mas a autoridade em geral não é suprimida por isso.

Além da nota, há uma “Observação” à “Dedução dos juízos de gosto” que diz que “a dedução é tão fácil porque não precisa justificar a realidade objetiva de um conceito” (Kant, 2016, p. 188), pois a beleza não é um conceito. Aqui, Kant se refere, por comparação, à “Dedução dos conceitos puros do entendimento” da *Crítica da razão pura*, que tem uma tarefa declaradamente difícil e que, por isso, Kant fornecera três versões da mesma prova, sendo também a parte que sofre alterações entre a primeira e a segunda edições da primeira *Crítica*. As provas que objetivam a responder como poderão ter validade objetiva as condições subjetivas de pensamento são também as partes mais atacadas de sua primeira *Crítica*. Sobre tais investigações, Kant (2010, p. 8) diz, no “Prefácio da primeira edição”, de 1781, que “foram as que me custaram mais esforço, mas espero que não tenha sido o trabalho perdido”. A “Dedução dos juízos de gosto” é mais simples, diz Kant (2016, p. 188), porque “apenas afirma que estamos autorizados a pressupor como universais, em todo ser humano, as mesmas condições subjetivas da faculdade de julgar que encontramos em nós”; uma vez que subsumimos corretamente o objeto dado sob essas condições. Dessa forma, a “Dedução dos juízos de gosto” precisa, de certa forma, do sucesso da “Dedução dos conceitos puros do entendimento” da *Crítica da razão pura*, pois a argumentação se apoia na condição subjetiva das faculdades cognitivas e na validade objetiva de tais condições. Também é possível pensar o inverso, que o conhecimento se beneficia de um princípio *a priori* de conformidade a fins para a faculdade de julgar, pois é o que permite pensar a natureza enquanto objeto de conhecimento ao fornecer a ideia de regularidade para a natureza. Isto é, o princípio *a priori* de conformidade a fins para a faculdade de julgar permite pensar teleologicamente a natureza. Uma vez legitimada uma teleologia da natureza, a faculdade de julgar funciona como um termo médio entre natureza e liberdade. E, dessa forma, o projeto crítico transcendental está autorizado a partir de sua petição de princípio que é uma ordem sistemática da totalidade da natureza e da liberdade e, dentre outros objetivos, realizar a definição kantiana de humanidade e, também, de Filosofia como a criação de um “fim supremo (*obersten Zweck*) a que todos os outros fins se subordinam e no qual todos devem se unificar”(Kant, 2014, p. 51).

A análise da “Dedução dos juízos de gosto” é difícil por uma série de questões interpretativas fundamentais. Há divergências entre os intérpretes sobre qual é exatamente a tarefa da dedução, isto é, sobre o que pretende a dedução e, por isso, há divergências em relação aos resultados. Também não há um consenso sobre quais e quantas são as premissas da dedução, e acrescenta-se a essa discussão a questão se a argumentação da “Analítica do belo” é complementar à dedução ou se a dedução é um argumento independente. Discute-se, por exemplo, se o §21, que argumenta sobre a pressuposição de um sentido comum estético, foi abandonado ou se complementa a dedução. Os leitores da “Dedução” se dividem, portanto, entre aqueles que julgam a dedução como insatisfatória, e aqueles que pensam poder salvar a dedução acrescentando premissas que vêm de outros parágrafos que não o 38. Os intérpretes que pensam que a dedução não se sustenta como um argumento independente, também propõem associações epistemológicas ou morais complementares à dedução. Traremos para a nossa investigação algumas dessas questões com o objetivo de elucidação da questão se a dedução, finalmente, legitima um princípio *a priori* para o gosto e o consequente direito à reivindicação de validade universal e necessária dos juízos de gosto. Dadas todas essas dificuldades, a exegese dos parágrafos que antecedem a dedução e a análise da dedução dos juízos de gosto do §38, por si só, já significam uma opção interpretativa. Portanto, segue-se uma interpretação da dedução.

Kant inicia a dedução com uma condicional. Então, o argumento afirma que se é admitido que a satisfação é ligada ao julgamento de sua forma, então, o que sentimos é a finalidade subjetiva da faculdade de julgar. A faculdade de julgar em geral tem uma condição formal subjetiva válida *a priori* que é a mesma usada no conhecimento objetivo universalmente comunicável. Portanto, a faculdade de julgar tem um elemento subjetivo que é o mesmo para todos e, por isso, o juízo de gosto pode ser esperado de todos.

O cerne do argumento é que, como somos capazes de comunicar conhecimento por meio de uma condição subjetiva da faculdade de julgar em geral, e como o juízo de gosto é provocado pela condição formal da faculdade de julgar, então também o juízo de gosto, assim como o conhecimento, pode ter pretensão ao assentimento universal. Para Kant, o custo de negar a universalidade das condições subjetivas da faculdade de julgar é um ceticismo radical em relação a qualquer forma de comunicação entre seres racionais. Isto é, Kant afirma, na nota do §38, que deve ser concedido, para o sucesso do argumento, que, primeiro, em um juízo de gosto a satisfação é ligada ao julgamento de sua forma e, depois, que o conhecimento é universalmente comunicável. Na “Observação” após a “Dedução”, Kant (2016, p. 188) diz que

a dedução “apenas afirma que estamos autorizados a pressupor como universais, em todo ser humano, as mesmas condições subjetivas da faculdade de julgar que encontramos em nós”.

A dedução recebe uma crítica frequente de que, depois de tão prometida, apenas repete o que já está na “Analítica do belo”. Brandt (1989, p. 179) afirma que a dedução não acrescenta ao que o leitor da “Analítica do belo” já sabia. E Kulenkampff (1992, p. 73; 1978, p. 105) afirma que a dedução dos julgamentos de gosto é, em essência, uma mera recapitulação da exposição dos §§1 a 22 da *Crítica da faculdade de julgar* e, por essa razão, não há uma dedução. A variedade interpretativa é tão ampla no caso da curta dedução do gosto, que os leitores divergem entre a posição de que há várias deduções e de que não há nenhuma dedução na *Crítica da faculdade de julgar*. Em várias partes das Introduções e da “Analítica”, Kant afirma a necessidade da dedução. Diante de tal necessidade, ao dizer que não há uma dedução, Kulenkampff está dizendo que na *Crítica da faculdade de julgar* não há prova das hipóteses que Kant levanta sobre o caráter *a priori* dos juízos de gosto.

A discussão que parece ser central para decidir se a dedução é satisfatória na realização da tarefa de deduzir a validade universal e necessária dos juízos de gosto é a análise das relações entre os juízos cognitivos e os juízos de gosto. Há uma crítica feita à argumentação da dedução do gosto que é reproduzida até hoje como fatal para a dedução da *Crítica da faculdade de julgar*. O conhecido dilema do argumento é que, por um lado, se a condição subjetiva de julgar que ocorre em toda a cognição é condição suficiente para a ocorrência do gosto, então o argumento acarreta a conclusão absurda de que todo objeto de experiência deve dar origem a esse prazer; por outro lado, se a condição subjetiva de julgar não é condição suficiente do prazer do gosto, então a validade universal dessa condição não acarreta a validade universal do prazer. Em outras palavras, uma vez que a condição subjetiva do conhecimento é a mesma dos juízos de gosto, ou o prazer estético está envolvido em toda a experiência de percepção cognitiva ou não está. Se o prazer estético está envolvido em toda cognição, então todo objeto seria percebido como belo. Se o prazer estético não está envolvido em toda cognição, então ele parece exigir algo além do que é necessário para a cognição, e isso deveria ser explicado para se aceitar a conclusão da universalidade desse estado. Isto é, Kant precisaria distinguir o estado subjetivo necessário para a cognição do estado subjetivo necessário para o prazer estético, mas o argumento da dedução parece girar em torno dessa aproximação. A crítica mais persistente à dedução, como ironiza Allison (2001, p. 184), é que se ela prova alguma coisa, prova demais.

Para Basch⁹ (1896, p. 215), a teoria estética kantiana começa a partir da análise de um estado de sentimento puro e acaba gradualmente por se tornar mais intelectualizada ao reduzir o juízo de gosto à condição formal subjetiva do juízo em geral. E, sobre a dedução, ele afirma que ela acarreta a conclusão de que qualquer estado de conhecimento é estético (Basch, 1896, p. 245). Para Basch, a investigação estética chega a um intelectualismo mais forte do que pretendia Kant inicialmente e, ao longo da obra, o intelectualismo conduz ao moralismo. Esse aspecto da *Crítica da faculdade de julgar* influenciará, de acordo com Basch, o importante papel da estética no idealismo alemão. Pois, a característica geral do idealismo estético dos românticos alemães, como os Schlegels, Tiecks e Novalis, afirma Basch (1896, p. 217), é a identificação da perfeição estética com a perfeição intelectual e moral.

Acrescenta-se ao dilema outra crítica à dedução. Guyer (1997, p. 284-285) afirma que o fato de que todos possuem faculdades de conhecimento, isto é, uma capacidade de unificar o múltiplo por meio de conceitos, não implica que o caso de unificar uma variedade sem nenhum conceito deve ser o mesmo para todos ou que todos vão responder da mesma maneira. Para Guyer (1997, p. 285), a atribuição universal da capacidade de cognição não autoriza a analogia de que há um sentimento quando a unificação do múltiplo é feita sem conceitos. Isto é, a dedução não é suficiente para provar que objetos particulares devem sempre produzir a mesma resposta em quem encontrá-lo. Porque não há garantia de que todos responderão da mesma forma, a universalidade das condições cognitivas não pode fundamentar a universalidade estética. Nesse mesmo sentido, Brandt (1989, p. 179) afirma que a necessidade decorrente da generalização das condições subjetivas do juízo implica nada mais que o fato tautológico de que dadas as condições originárias idênticas, o juízo estético será o mesmo. Isto é, o acordo pode ser esperado, mas não exigido. Conforme essas críticas, porque a dedução não consegue garantir a exigência de acordo, ela não alcança seu objetivo.

A partir dessas duras críticas que fazem com que a dedução sempre caia em uma dificuldade ou dilema que a impede de legitimar a validade universal e necessária dos juízos

⁹ Basch foi o primeiro a notar, em sua obra *Essai critique sur l'esthétique de Kant*, publicada em 1896, que a dedução do gosto está ameaçada com a consequência de que qualquer estado de conhecimento deve ser necessariamente estético. Guyer, na primeira edição de *Kant and the Claims of taste*, publicada em 1979, também mostra que a dedução acarreta a conclusão de que tudo é belo e que, negar isso, é renunciar à universalidade da estética. Um ano depois, em 1980, o dilema reaparece no artigo *Reflection on Beauty* (1982, p. 81) de Meerbote, publicado no livro *Essays in Kant's*, organizado por Cohen e Guyer (1982). O dilema considerado inevitável e insolúvel foi inicialmente pensado por Basch (1896), depois reproduzido por Meerbote (1982), Guyer (1997) e Rind (2002), e respondido por outros, dentre alguns, Ameriks (1982), Allison (2001) e Kemp (1997).

de gosto, a discussão sobre os resultados da dedução se torna, então, sobre o que a dedução pretende realizar.

Allison (2001, p. 177) afirma que o objetivo declarado da dedução é apenas estabelecer e justificar o princípio subjetivo do gosto como um princípio *a priori* da faculdade de julgamento, e quem aceita a explicação kantiana de julgamento e os resultados da “Analítica”, aceita que Kant realizou essa tarefa. Em suma, para Allison, a tarefa da dedução é simplesmente fundamentar a possibilidade e a normatividade do juízo de gosto puro por meio de seu princípio subjetivo da faculdade de julgar em geral. Para Allison, o §35 afirma que o princípio do gosto é a faculdade de julgar, e o §38 mostra a força normativa de tal princípio para todos os seres humanos. O que dificulta a força da prova, para Allison, é decidir, no caso de juízos de gosto, se estamos subsumindo corretamente; afinal, a correta subsunção do gosto é de norma indeterminada. Não posso ter certeza de que os outros vão concordar com a minha avaliação estética pelo simples motivo de que eu não posso saber se se trata de um julgamento de gosto puro de subsunção correta.

Para Allison, então, a dedução estabelece apenas o direito de reivindicar o acordo estético. O que, por conseguinte, afirma a normatividade dos juízos de gosto. Allison (2001, p. 179) admite que é uma tarefa modesta. Ameriks (1982, p. 300-301) argumenta no mesmo sentido dizendo que não é tarefa de Kant fornecer uma lista de características objetivas suficientes para fundamentar o prazer estético. A teoria estética kantiana não é uma “doutrina” como pode haver doutrina de ciência ou de moral. É apenas sobre a arte, que tem um domínio próprio, assim como a ciência e a moral. Portanto, o filósofo transcendental tem como tarefa crítica apenas explicar a possibilidade do âmbito estético e estabelecer o direito de fazer julgamentos de gosto. A interpretação de Allison, Ameriks e Rind que tentam amenizar a pretensão da dedução é recusada por inúmeros intérpretes, dentre alguns, Guyer (1997), Brandt (1989) e Chignell (2008), que afirmam que é um objetivo declarado de Kant que a dedução deve fundamentar o acordo universal. Para esses intérpretes, a dedução não realiza a sua tarefa.

Para decidir sobre a questão de qual é a tarefa da dedução do gosto e se Kant tinha a pretensão de fundamentar o acordo universal em cada caso particular, recorreremos ao texto da *Crítica da faculdade de julgar*. Os parágrafos que antecedem a dedução têm o objetivo de anunciar o que a dedução pretende realizar. E, para nós, todas as citações que se seguem mostram que Kant, ao menos antes da dedução, tem a intenção de fundamentar o acordo universal e necessário dos juízos de gosto por meio de um princípio *a priori*. Como vimos no

início deste ensaio, é porque tem pretensão à validade universal que um juízo de gosto precisa de um princípio *a priori*, é porque tem um princípio *a priori* que precisa de uma dedução. No §30, Kant (2016, p. 176) afirma que “a pretensão de um juízo estético à validade universal para cada sujeito demanda, na medida em que ele tem de lastrear-se em algum princípio *a priori*, uma dedução”. No §31, Kant (2016, p. 178) diz que “é preciso estabelecer apenas a validade universal de um juízo singular”, para esclarecer como “a satisfação de alguém possa ser anunciada como regra para todos os demais”. No mesmo §31, Kant afirma que a validade universal *a priori* é de um juízo singular, por isso, no §32, ele diz que de cada juízo de gosto, é preciso que cada um julgue por si mesmo. Ao julgar por si mesmo, julgamos por todos, pois, o juízo de gosto puro tem pretensão à universalidade. No §33, é a minha satisfação singular que é universalmente válida, isto é, é a minha satisfação que tem a pretensão de se referir a todos os sujeitos. E, no §35, é declarada a tarefa da dedução: “para que possamos descobrir esse fundamento de legitimidade, através de uma dedução do juízo de gosto” (Kant, 2016, p. 185). O problema do gosto, sintetizado no §36, pergunta como é possível um juízo que “partindo apenas do próprio sentimento” (Kant, 2016, p. 186) pode ter pretensão à validade universal e necessária. Julgar de forma *a priori* é algo mais forte do que admitir uma normatividade.

Além disso, como o princípio *a priori* do gosto objetiva cumprir mais de uma função sistemática, além da universalidade e necessidade do juízo de gosto, seria muito frágil que a investigação que busca uma dedução desse princípio terminasse apenas por estabelecer que temos o direito de reivindicar o acordo estético. A intenção de Kant, anunciada em toda a obra, e declarada nos parágrafos que antecedem a dedução, é fundamentar o acordo universal e necessário por meio de uma dedução do princípio *a priori* da faculdade de julgar e, depois, estender tal princípio *a priori* para o resto de seus problemas sistemáticos, através da localização e da função da faculdade de julgar no catálogo das faculdades.

Embora defendamos que a intenção de Kant é fundamentar a validade universal e necessária dos juízos de gosto, legitimando o princípio *a priori* de julgamentos de gosto com a dedução do gosto, não significa que Kant consegue realizar a empreitada. O tom da dedução é afetado pela grandiosidade da tarefa. A dedução já se inicia com uma condicional e com o pedido de Kant (2016, p. 187) para concedermos “que em um juízo de gosto puro a satisfação com o objeto é ligada ao mero julgamento de sua forma”. Ora, se houvesse a certeza de que o juízo de gosto é ligado à forma do julgamento, não precisaríamos conceder. Depois, na nota ao parágrafo da dedução, Kant (2016, p. 188) afirma que “para que seja legítimo levantar a pretensão ao assentimento universal para um juízo da faculdade de julgar estética baseado

exclusivamente em fundamentos subjetivos”, é preciso, de novo, *admitir* que as condições subjetivas das faculdades sejam as mesmas em todos os seres humanos. E, ainda, na “Observação”, ele diz que a dedução “apenas afirma que estamos autorizados a pressupor como universais, em todo ser humano, as mesmas condições subjetivas da faculdade de julgar que encontramos em nós” (Kant, 2016, p. 188). A força argumentativa de uma dedução bem-sucedida não “apenas afirma” e, mais ainda, ela afirma “que estamos autorizados a pressupor” (Kant, 2016, p. 188), isto é, ela apenas afirma algo que tem caráter de pressuposição, a saber, a dedução apenas afirma que podemos pressupor como universais as condições subjetivas da faculdade de julgar. O termo que Kant usa anteriormente no texto para a prova da hipótese de validade universal e necessária dos juízos de gosto é “fundamentar”¹⁰. Que é substituído, com as tentativas que escancaram a dificuldade da tarefa, pelo recurso à pressuposição, à concessão, que apenas afirmam.

A argumentação do §38, portanto, somente autoriza a pressupor em todos o princípio da intersubjetividade e, aqui, retornam as dúvidas de Kant, que apareceram no §22, de que o princípio do gosto, seja ele o senso comum seja as condições subjetivas da faculdade de julgar, é de caráter meramente regulativo. Na dedução do §38, Kant supõe que a comunicabilidade do conhecimento é suficiente para assegurar a validade universal e necessária do prazer estético. Então, a validade intersubjetiva do prazer estético é um princípio regulativo; afinal, a dedução não encontrou outro caminho de prova. Desde muito cedo procurado, só muito tardiamente por Kant descoberto, o princípio *a priori* da faculdade de julgar, a conformidade a fins, permanece como uma pressuposição, de estatuto regulativo. Uma vez que o princípio da faculdade de julgar, que teria a função de legitimar uma universalidade do juízo de gosto, é uma pressuposição, isso significa que, no final das contas, a universalidade da estética, e uma conseqüente comunidade ética que a universalidade estética poderia fundar, a transição entre natureza e liberdade, e a própria ideia de sistema só são possíveis como ideias regulativas.

No “Apêndice à dialética transcendental” da *Crítica da razão pura*, sobre o uso regulativo das ideias da razão pura, Kant afirma que o uso regulativo das ideias transcendentais é fazer uso de uma ideia que não tem qualquer realidade e que está totalmente fora dos limites da experiência possível; entretanto, esse tipo de uso é imprescindível para ampliar a capacidade de seres racionais para ver e pensar.

¹⁰ Para alguns exemplos, ver Kant (2016, p. 80, 107, 184).

Afirmo que as ideias transcendentais não são nunca de uso constitutivo, que por si próprio forneça conceitos de determinados objectos e, no caso de assim serem entendidas, são apenas conceitos sofisticos (dialéticos). Em contrapartida, têm um uso regulador excelente e necessariamente imprescindível, o de dirigir o entendimento para um certo fim, onde convergem num ponto as linhas directivas de todas as suas regras e que, embora seja apenas uma ideia (*focus imaginarius*), isto é, um ponto de onde não partem na realidade os conceitos do entendimento, porquanto fica totalmente fora dos limites da experiência possível, serve todavia para lhes conferir a maior unidade e, simultaneamente, a maior extensão. Daqui deriva, é certo, a ilusão de que todas estas linhas de orientação provêm propriamente de um objecto situado fora do campo da experiência possível (assim como se veem os objectos por detrás da superfície do espelho). Contudo, esta ilusão (que podemos evitar que nos engane) é, sem dúvida, inevitavelmente necessária se quisermos ver, além dos objectos que estão em frente dos nossos olhos, também aqueles que estão bem longe, atrás de nós, isto é, quando, no nosso caso, queremos impelir o entendimento para além de qualquer experiência dada (enquanto parte do todo da experiência possível) e, por conseguinte, exercitá-lo para a maior e mais extrema amplitude possível (Kant, 2010, p. 534-535).

A investigação sobre a validade universal e necessária dos juízos de gosto da *Crítica da faculdade de julgar* não acaba na “Dedução dos juízos de gosto”. Kant reabre a discussão sobre a intersubjetividade da estética na “Dialética da faculdade de julgar estética”, a última parte da “Crítica da faculdade de julgar estética”, em mais um indício de que a “Dedução” não foi considerada uma solução definitiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A “Dedução dos juízos de gosto” que Kant desenvolve na *Crítica da faculdade de julgar*, embora obrigatória para a dedução do princípio *a priori* da faculdade de julgar e para a pretensão à universalidade e validade necessária dos juízos de gosto, desafia o filósofo transcendental pela sua dificuldade, assim como a “Dedução dos conceitos puros do entendimento” da *Crítica da razão pura*. A dedução do princípio *a priori* da faculdade de julgar só é possível se se supõe a condição subjetiva do conhecimento objetivo e, da condição subjetiva do conhecimento, a dedução apenas autoriza a *pressupor* em todos o princípio da intersubjetividade. A legitimidade da pretensão do juízo de gosto de contar com o assentimento universal só está autorizada se se parte de uma pressuposição. E, ainda assim, Kant reabre a investigação do problema em seção posterior, na “Dialética da faculdade de julgar estética”, o que indica a fragilidade da dedução em se apoiar em uma pressuposição, dada a importância estética e sistemática de uma dedução dos juízos de gosto. Uma grandiosa tarefa, embora essencial para as condições do juízo de gosto que Kant havia descrito na “Analítica do belo”.

REFERÊNCIAS

ALLISON, Henry. **Kant's theory of taste: a reading of the critique of aesthetic judgment**. New York: Cambridge University Press, 2001.

AMERIKS, Karl. How to save Kant's deduction of taste, **The Journal of Value Inquiry**, Berlin, v. 16, p. 295-302, 1982.

BASCH, Victor. **Essai critique sur l'esthétique de Kant**. Paris: Ancienne Librairie Germer Baillière et Cie Félix Alcan Éditeur, 1896.

BRANDT, Reinhard. Analítica/Dialética. In: SCHAPER, Eva (org.). **Reading Kant. New Perspectives on Transcendental Arguments and Critical Philosophy**. Oxford: Basil Blackwell, 1989. p. 179-195.

CHIGNELL, Andrew. Kant on the normativity of taste: the role of aesthetics ideas. **Australasian Journal of Philosophy**, London, v. 85, n. 3, p. 415-433, 2008.

COHEN, Ted; GUYER, Paul (org.). **Essays in Kant's Aesthetics**. Chicago: The University of Chicago Press, 1982.

FRICKE, Christel. Esquematizar sem conceitos: a teoria kantiana da reflexão estética. Tradução de Pedro Paulo Pimenta. **Cadernos de filosofia alemã**, São Paulo, v. 7, p. 5-14, 2001.

GUYER, Paul. **Kant and claims of taste**. New York: Cambridge University Press, 1997.

KANT, Immanuel. **Crítica da faculdade de julgar**. Tradução de Fernando Costa Mattos. Petrópolis: Vozes, 2016.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 7. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

KANT, Immanuel. **Gesamt verzeichnis des Brief wechsels**. Band X. Berlin: Walter de Gruyter, 1922.

KANT, Immanuel. **Gesammelte Schriften**: herausgegeben von der Deutschen Akademie der Wissenschaften. Berlin: Walter de Gruyter, 1902.

KANT, Immanuel. **Manual dos cursos de lógica geral**. Tradução de Fausto Castilho. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

KEMP, Ryan. Revisiting Kant's deduction of taste: the "easy" solution to the particularity problem. **History of Philosophy Quarterly**, Champaign, v. 34, n. 2, p. 175-194, 2017.

KULENKAMPPFF, Jens. A lógica kantiana do juízo estético e o significado metafísico do belo da natureza. In: ROHDEN, Valerio (org.). **200 anos da Crítica da faculdade do juízo de Kant**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Instituto Goethe, 1992. p. 9-23.

MEERBOTE, Ralf. Reflection on Beauty. *In*: COHEN, Ted; GUYER, Paul. (org.). **Essays in Kant's Aesthetics**. Chicago: The University of Chicago Press, 1982. p. 55-86.

RIND, Miles. Can Kant's Deduction of Judgments of Taste Be Saved? **Archiv für Geschichte der Philosophie**, Berlin, v. 84, p. 20-45, 2002.

TERRA, Ricardo. Reflexão e sistema: as duas Introduções à Crítica do juízo. *In*: KANT, Immanuel. **Dois introduções à Crítica do juízo**. Organização de Ricardo Terra. Tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho, Carlos A. Marques Nobre, Herbert Bornebusch, Márcio Suzuki, Marcos Nobre, Moacyr Novaes Filho, Ricardo Terra, Ruth Duarte Lanna. São Paulo: Iluminuras, 1995. p. 11-28.